

RIO DE JANEIRO, RJ, 3 DE OUTUBRO DE 1999

É com imensa satisfação que recebo os títulos de Presidente de Honra e de Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Se faço jus à Presidência de Honra por força da tradição, em virtude das responsabilidades que ora me cabem, sei que a condição de Sócio Honorário me chega graças à generosidade de todos aqueles que continuam a fazer do Instituto uma casa de excelência a que tanto deve o Brasil. Muito obrigado pela distinção.

É antiga minha admiração pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Remonta a meus anos de academia. Aprendi como pesquisador a valorizar a preservação da memória. Busquei como sociólogo contribuir para a interpretação do processo histórico. Nos dois domínios, memória e interpretação, sempre considerei o Instituto uma referência, uma referência maior, que me atraía tanto pela dimensão de acervo documental e iconográfico aqui reunido quanto pela qualidade dos estudos e ensaios que fez surgir.

Busquei inspiração para minhas palavras em ensaio produzido sob a égide do Instituto. Refiro-me à monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Von Martius. Não preciso insistir sobre a

relevância da peça de Von Martius para o Instituto e para a historiografia brasileira. Sabem todos tratar-se da obra escolhida em concurso organizado pelo IHGB em meados do século passado para a seleção de texto que pudesse nortear estudos subseqüentes sobre o Brasil.

A monografia foi escrita em 1843. O momento era de consolidação do Império. Os conflitos regionais, agudos durante a Regência, haviam sido superados. Era hora de pensar o Brasil, de compreender o passado, de divisar caminhos, de legitimar o Estado que se estruturava. Criado pouco antes, o Instituto fez sua parte ao convocar o concurso. Von Martius suspendeu sua lide de botânico, voltou-se para a história e respondeu com brilho. Elaborou texto que galvanizou a atenção de seus pares, instruiu gerações futuras e ainda sobrevive como exemplo de sensibilidade e descortino histórico.

O Professor Arno Wehling, nosso Presidente, filia Von Martius ao historicismo iluminista. Para Martius, o processo histórico seria sempre movido por uma razão maior que se sobreporia ao contingente, às circunstâncias do cotidiano. Chamava de “gênio da história” a essa força motriz, cujas manifestações caberia ao historiador reconhecer, identificar. A escrita da história seria antes um mapeamento de tendências do que um registro de fatos.

Von Martius foi aplicado na tarefa de apontar eixos para a investigação histórica do Brasil. Daí o mérito de sua monografia. Ensinou o que seria “boa história” e sugeriu por onde escrevê-la. Foram vários os campos de análise identificados por Martius. Situou o Descobrimento como parte da história européia, como fruto da expansão do comércio. Falou da importância de se estudar a assimilação no Brasil das artes e das ciências. Recomendou um melhor conhecimento da vida privada dos colonos. Demonstrou interesse na relação entre Igreja e Estado. Resaltou a diversidade regional. Lembrou a questão do municipalismo.

Nenhum tema, contudo, despertou tanto a atenção de Von Martius quanto o da fusão das raças. Aqui estaria a chave para a compreensão do Brasil, para a apreensão daquilo que nos faz singular. A influência do português, do colonizador, teria sido hegemônica, afetando a política, o comércio, as técnicas e as ciências no Novo Mundo. Mas se fez assistida

das contribuições indígena e africana, esclarecia Martius. Os índios brasileiros seriam descendentes de uma civilização superior. Os africanos traziam sua rica mitologia. Ao contrário do observado em outras partes do mundo, a convivência de raças estaria se dando entre nós de uma maneira mutuamente enriquecedora. O fenômeno merecia a empatia dos estudiosos. Cabia o registro pelos historiadores de que a mistura racial haveria de ser “benéfica para o futuro do País”, insistia Von Martius.

Sabemos que seu apelo foi praticamente ignorado até o fim do século XIX por força do prestígio da etnografia racista. Poucas vozes mostraram-se simpáticas à contribuição africana, ao caldeamento de raças. Joaquim Nabuco foi uma exceção. Prevaleceram visões como a de Sílvio Romero, para quem Von Martius era um equivocados, alheio como era aos ensinamentos de Gobineau e Lapouge. Para Romero, como lembra Arno Wehling, a miscigenação somente geraria “bastardos infecundos”.

O século XX nos trouxe uma nova linguagem. Logo na primeira década, tivemos o olhar desassombrado de Manoel Bonfim, questionando as premissas das teses de branqueamento, ressaltando os condicionantes econômicos e sociais da marginalidade em que viviam negros e índios. Menos conhecido pelas gerações atuais do que a originalidade de sua obra recomenda, Bonfim acreditou na capacidade do povo brasileiro, mestiço, de definir seu próprio rumo, desde que lhe fossem asseguradas condições de existência dignas, sobretudo na área da educação básica.

Gilberto Freyre viria desacreditar de vez o determinismo biológico, a presunção de que seríamos um povo inferior. *Casa-grande e senzala* nos fez assumir com orgulho a condição de mestiço, vista não mais sob o prisma exclusivo da raça, mas pela ótica da cultura, como ensinava Franz Boas. Mestiçagem significava aptidão em conjugar diferenças, em plasmar costumes e valores. Isso nos teria credenciado a construir uma civilização híbrida, e por isso mesmo viável, nos trópicos. Igualmente plásticos haviam sido os portugueses, enaltecia Freyre, que não tinha dúvidas sobre o êxito da gesta colonizadora.

Fui crítico de Gilberto Freyre. Incomodava-me, como a Florestan Fernandes e a tantos outros, o olhar demasiadamente generoso que o Mestre de Apipucos estendia sobre a sociedade patriarcal, abafando tensões que

sabíamos reais. Apontei em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* para a condição degradante do cativo, para o horror da escravidão. Isso escapava à lente de Freyre, interessado como estava na integração entre a casa-grande e a senzala, entre o senhor e a mucama.

Jamais deixei de assinalar, contudo, que Gilberto Freyre foi muito mais do que o idealizador do patriarcado ou o propagador da democracia racial. Sempre o tive como um marco, como um intérprete que nos propiciou, na expressão de José Guilherme Merquior, “um avanço colossal em nosso conhecimento de nós mesmos”, cujo legado vai desde o painel que traçou da vida privada no Brasil dos primeiros séculos às intuições que deixou sobre a gramática ordenadora de nossa vida cultural.

Sim, saúdo Gilberto Freyre pelas intuições sobre nossa plasticidade cultural, a despeito do véu lançado sobre os conflitos de classe. É hora de admitir que o Brasil comporta Florestan e Freyre, que tanto o sentimento de um como o do outro são procedentes, que o País é, ao mesmo tempo, socialmente injusto e culturalmente integrador. Sem que aceitemos essas duas evidências, por mais antagônicas que possam parecer, não enfrentaremos o desafio de fazer com que a plástica que nos habilita a integrar o *jazz* ao samba, o *rap* ao maracatu vingue também nas relações sociais, reduzindo distâncias, aproximando contrários.

Quando Chanceler (e sei dos laços históricos desta Casa com a diplomacia e seus melhores nomes), pude confirmar os benefícios que o pluralismo cultural traz para a inserção do Brasil no mundo. O apreço pela diferença é intrínseco à nossa formação. Acreditamos no diálogo porque fomos criados sob o signo da transigência, da acomodação de valores. Plasmados por contribuições de todos os continentes, não nos sentimos alheios à região alguma do mundo. Isso me parece de grande importância nesse momento de abertura, de diluição de fronteiras. Joaquim Nabuco, pela identidade que sentia com a cultura ocidental, costumava dizer que não ia, mas retornava à Europa.

Hoje, após os inúmeros aportes recebidos ao longo do século, podemos dizer que, em nossos contatos com o mundo, cada dia mais intensos, estamos sempre regressando a algum lugar. E levamos conosco essa capacidade provada de boa convivência, sem o que tudo o mais resulta

precário. A ampliação da ação externa brasileira, inclusive no comércio, tem como lastro a Nação plural que somos, com afinidades que se renovam sem cessar, inclusive com o mundo lusófono, nossa matriz.

Desejo aqui retomar Von Martius, que tão bem intuiu a importância da diversidade cultural para a afirmação do Brasil. Martius arrematou sua monografia lembrando que via como responsabilidade primeira do historiador do Brasil estimular nos leitores as virtudes cívicas, que ele assimilava ao espírito monárquico. Muitos daqueles que o sucederam na tarefa de interpretar o Brasil também foram guiados por um sentimento de fidelidade ao País, atualizado segundo as convicções de cada estudioso. Bonfim identificava o bem do País com o conagraçamento de culturas; Freyre, com a sobrevivência da herança ibérica; Florestan, com o fim da opressão de classe. E assim, sob o impulso comum de valorizar a nacionalidade, foi possível reunir uma ensaística de rara vitalidade, diversificada como é o Brasil, mas animada pelo propósito, diria mesmo paixão, de interrogar sobre o que somos, o que poderemos vir a ser.

Espero que a aproximação dos 500 Anos, data que nos convida à reflexão, permita a continuidade dessa tradição, motivando leituras abrangentes sobre o Brasil, leituras que, sem prejuízo do rigor acadêmico, questionem dogmas, suscitem questões, pensem a posição do Brasil no mundo, olhem para o contexto regional, reflitam sobre o novo papel do Estado, proponham respostas aos desafios sociais, meditem sobre o aperfeiçoamento político-institucional, discutam o problema da terra, valorizem as minorias. Enfim, que apontem para um país melhor.

É certamente infundável o número de assuntos que pode ser explorado por aqueles que se lancem nessa aventura, mas quero crer que certas questões terminarão se impondo a futuros intérpretes do Brasil. Dificilmente se avançará na compreensão do País e de suas potencialidades sem algum esboço de resposta a perguntas como as seguintes:

1. Qual o modelo de inserção internacional que melhor atende aos interesses do Brasil: o apego romântico às velhas soluções autárquicas e confrontacionistas ou uma integração que nos expanda mercados, aprimore a capacidade tecnológica e reforce a base produtiva?

2. O que significa uma inserção conseqüente no mundo globalizado: propor fórmulas irrealistas, que, por sua ineficácia, terminem nos deixando à mercê da irracionalidade do mercado, ou negociar com a firmeza necessária o espaço a que fazemos jus pelo peso de nossa economia, sem ficar alheios às assimetrias e desigualdades que ameaçam perpetuar-se?
3. Qual a atitude que nos convém na relação com nossos vizinhos: o retorno à indiferença e suspeição do passado ou a determinação em afirmar a América do Sul como região integrada de paz, cooperação e desenvolvimento?
4. No Mercosul, nossa prioridade estratégica, vamos recair no discurso de exaltação da soberania e dos interesses setoriais ou vamos aceitar o desafio de negociar instituições comprometidas com objetivos comuns?
5. Como situar as responsabilidades do Estado nos novos tempos: vamos retroceder no esforço de libertar a máquina pública de pressões corporativas ou insistiremos em deixar o Estado apto a responder a demandas sociais cada dia mais complexas?
6. Qual as perspectivas para o bem-estar social: vamos continuar a conviver com sistemas injustos, onerosos e de escasso retorno ou vamos persistir na política de dotar o País de estruturas de saúde, previdência e educação que sejam financeiramente viáveis e não faltem à população?
7. Como compreender a relação entre crescimento e estabilidade: vamos alimentar um debate bizantino que não mais se escuta além de nossas fronteiras ou vamos nos concentrar na promoção do único crescimento que se sabe duradouro, aquele amparado por moeda estável, orçamentos equilibrados, finanças sadias e atento ao meio ambiente?
8. Como encaminhar a questão federativa: cabe aceitar que a Federação se enfraqueça em disputas pontuais ou continuaremos a perseguir uma distribuição equilibrada de recursos e competências entre União, estados e municípios?

9. O que fazer para continuar a aperfeiçoar nossa democracia: conformar-se com a noção de que ela somente irá aprimorar-se com a eliminação das desigualdades sociais ou acreditar que as instituições têm um valor intrínseco, trazendo consigo um potencial de transformação e devendo, portanto, ser valorizadas?
10. Como olhar para a questão fundiária: vamos pautar a luta pela democratização da terra por um discurso rancoroso e de desapareço à lei ou vamos convergir na defesa de uma reforma agrária que funcione e satisfaça a maioria?
11. Qual a atitude a esperar do poder público em relação à comunidade negra e aos índios: o retorno a uma condescendência tácita com o preconceito e o descaso ou uma disposição inarredável em continuar a valorizar a cultura negra e a promover a demarcação de terras indígenas?
12. Como fazer avançar a causa dos direitos humanos: contemporizar com as mentalidades e as estruturas que sustentam a impunidade ou atuar com resolução na defesa de direitos tão arduamente conquistados pela sociedade brasileira?

Deixo essas perguntas não com o propósito de retomar um século e meio mais tarde o papel sinalizador de Von Martius, mas por estar convicto de que a ação política não deve vir dissociada da reflexão.

Cada uma dessas indagações traz uma antinomia. De um lado, atitudes e políticas ancoradas na tradição, uma maneira de ser brasileira que se esgotou, que cumpriu seu papel numa determinada fase da construção histórica de nosso país. De outro, visões e percepções voltadas para o futuro, para uma integração mais transitiva do Brasil no mundo, para a superação mais acelerada do atraso que ainda caracteriza grande parte do espaço e das estruturas de nosso país.

Ao analisar as condições reinantes ao tempo de Dom João VI e estabelecer os fatores que conduziram adiante a emancipação do País, Oliveira Lima comenta a formação de uma “personalidade de sentimento” no Brasil, um certo conjunto de sensações que precedeu e determinou a manifestação da vontade coletiva da independência. Penso que inter-

preto essa personalidade de sentimento ainda difusa, mas certamente predominante no Brasil, ao optar pela lado afirmativo e inovador das alternativas que enumerei.

Não seria exagero pensar que vivemos hoje um momento determinante na história do Brasil, como o foi em seu tempo a transmigração da Corte. O Brasil, então, integrou-se ao mundo de que vivia separado. E foi essa integração que finalmente conduziu à nossa independência. Hoje, como naquela época, é preciso aproximar o Brasil do mundo, atraí-lo à inovação tecnológica, à inovação política, social, filosófica. É preciso superar a mentalidade defensiva, excludente e autoprotetora que caracterizou o pensamento brasileiro por tanto tempo. Não é com essa mentalidade que se constrói a verdadeira independência. Não é assim que se escreve a história de um país como o Brasil. Não será assim que superaremos o que ainda resta no nosso país – para usar as categorias do nosso Oliveira Lima – de atrasado, incompleto e provisório.

Se conseguimos, depois de muitos anos de frustração, restaurar a confiabilidade de nossa moeda, firmar as bases para o saneamento das finanças públicas, promover reformas na economia, reorientar os gastos sociais para áreas prioritárias, fortalecer nosso sistema de pesquisa, aumentar as matrículas nas escolas, reduzir a mortalidade infantil, é mais do que plausível termos confiança no futuro.

Não poderia escolher local mais adequado para fazer esta profissão de fé em nosso país. O Instituto Histórico e Geográfico, que se consolidou sob o olhar visionário de Von Martius, é um testemunho de devoção ao Brasil, tanto no papel de guardião da nossa memória quanto como abrigo para os nossos intérpretes.

Outro não é o sentimento que me anima – o de uma profunda e incondicional devoção ao Brasil.

Muito obrigado.